

Limite de dívida estadual

Jornal de Brasília • 13

ultrapassa 34%

Quando examinava as informações coletadas pelo Sistema de Processamento de Dados do Banco Central (Sisbacen), na quinta-feira passada, um assessor graduado do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ficou apavorado: a tela do computador indicava um excesso de 34% sobre os limites de financiamento aos estados e municípios fixados pela Resolução nº 1.718, do BC, de 29 de maio de 1990. O descontrole foi provocado pelos governos estaduais, com dificuldades de conter os seus gastos e, ao mesmo tempo, terem de refinarçar os seus papéis da dívida pública com taxas de juros muito altas.

Desde o início de julho, a atual equipe econômica experimenta a mesma sensação que afligiu seus antecessores: é muito difícil estancar o processo inflacionário quando os estados e os dois principais municípios (Rio de Janeiro e São Paulo) não cortam os seus gastos e insistem em pressionar o déficit público. Segundo informou assessor graduado do Ministério da Economia, até agora os estados conseguiram resgatar apenas 14% dos compromissos assumidos perante o Banco Central, em março e abril. "Estamos trabalhando com 84% de

inadimplência e isso é desanimador", disse o mesmo funcionário.

Nos últimos dias, os estados passaram a efetuar duas estratégias que, em termos políticos, incomodam o Ministério da Economia. Numa vertente, os estados passaram a recorrer insistentemente junto aos bancos, na busca de recursos destinados ao refinanciamento de 25% de suas letras mobiliárias. Enquanto o Banco Central, por força dos acordos de março e abril, estava financiando 100%, os governadores não tinham do que reclamar e sequer se preocuparam com o ajustamento dos caixas estaduais. Mas agora o BC está bancando 75% desse refinanciamento e, como os tesouros estaduais estão em baixa, os bancos estaduais têm de aceitar as altas taxas impostas.

Noutra vertente, os governadores dos principais estados iniciaram uma forte pressão sobre o Ministério da Economia, visando à anulação da decisão do BC, de reduzir de 100% para 75% o refinanciamento dos títulos estaduais.

Na quinta-feira, enquanto percorria diversos gabinetes de diretores do Banco Central, o presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Antônio Cláudio So-

chaczweski, afirmou que a captação de recursos, pelos bancos estaduais, na base de taxas altas, não passa de uma armação do mercado que, de fato, no final de semana, as operações de financiamento interbancário estavam sendo praticadas com taxa de 18%, mostrando que o mercado financeiro aproveita a agonia dos bancos estaduais para ganhar dinheiro.

Há técnicos graduados que não acreditam em nenhuma medida de impacto, pois o presidente Collor já teria sido dominado pela força política dos governadores. Mas também existem os especialistas que ainda acreditam que o Ministério da Economia poderá tomar medidas drásticas para colocar sob controle a delicada questão do refinanciamento das dívidas estaduais.

No final de junho, os estados e os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam um saldo devedor, só em títulos da dívida pública, de quase Cr\$ 3 trilhões, cerca de US\$ 9,5 bilhões. O Estado de São Paulo, isoladamente, deve Cr\$ 1 trilhão, enquanto os quatro principais estados (SP, MG, RS e RJ) têm compromissos somados de Cr\$ 2,5 bilhões 83% do total). (Maurício Corrêa do AG)